

## **Vivência dos (as) profissionais da patrulha Maria da Penha no litoral do Paraná sobre a violência contra mulheres**

**Experience of professionals from the Maria da Penha patrol on the coast of Paraná on violence against women**

**Experiencia de profesionales de la patrulla Maria da Penha en la costa de Paraná sobre la violencia contra la mujer**

Recebido: 26/08/2022 | Revisado: 17/09/2022 | Aceitado: 18/09/2022 | Publicado: 25/09/2022

**Mirian Gomes de Souza**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3085-2306>  
Universidade Federal do Paraná, Brasil  
E-mail: [gmmirian1979@hotmail.com](mailto:gmmirian1979@hotmail.com)

**Clóvis Wanzinack**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1859-763X>  
Universidade Federal do Paraná, Brasil  
E-mail: [cloviswa@gmail.com](mailto:cloviswa@gmail.com)

### **Resumo**

Esta pesquisa procurou trazer as vivências dos (as) agentes de Segurança Pública, que atuam na Patrulha Maria da Penha, no Litoral do Paraná. A partir de seus relatos, verificar como está sendo realizado o enfrentamento da violência contra a mulher, os desafios diários por eles (as) encontrados (as), assim como compreender a dinâmica de seus trabalhos. A metodologia utilizada é uma pesquisa qualitativa compreensiva, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e sistematizadas pelo software NVIVO. Os resultados se apresentam através das falas dos profissionais entrevistados, sendo que a partir destas visamos compreender como esses percebem a qualidade dos serviços prestados as mulheres em situação de violência no Litoral do Paraná e, foi a partir desses olhares, que algumas demandas foram levantadas, questões essas que contribuem para o mapeamento de competências e para ações de planejamento voltadas ao desenvolvimento e empoderamento das mulheres vítimas de agressões.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; Patrulha Maria da Penha; Litoral do Paraná.

### **Abstract**

This research sought bringing the experiences of Public Security agents, who work in the Maria da Penha Patrol, on the coast of Paraná. With their reports, it is intended to verify how the violence against women's confrontation is being carried out, the daily challenges they face, as well as understanding the dynamics of their work. The methodology used is a comprehensive qualitative research, in which data were collected through semi-structured interviews and then systematized by the NVIVO software. The results are presented according to the interviewed professionals' stories. It is aimed to understand how they perceive the quality of services provided to women in situations of violence on the coast of Paraná. By reviewing their perspectives, some demands were raised, which contributes to the mapping of competencies and planning actions aimed to the development and empowerment of women victims of aggression.

**Keywords:** Domestic violence; Maria da Penha Patrol; Coast of Paraná.

### **Resumen**

Esta investigación buscó traer las experiencias de los agentes de Seguridad Pública, que actúan en la Patrulla Maria da Penha, en la costa de Paraná. A partir de sus informes, verificar cómo se está realizando el enfrentamiento a la violencia contra las mujeres, los desafíos diarios que enfrentan, así como comprender la dinámica de su trabajo. La metodología utilizada es una investigación cualitativa integral, los datos fueron recolectados a través de entrevistas semiestructuradas y sistematizadas por el software NVIVO. Los resultados se presentan a través de los discursos de los profesionales entrevistados, donde a partir de estos se pretende comprender cómo perciben la calidad de los servicios prestados a las mujeres en situación de violencia en el litoral paranaense y, fue desde estas perspectivas que se plantearon algunas demandas. cuestiona aquellas que contribuyan al mapeo de competencias y a la planificación de acciones encaminadas al desarrollo y empoderamiento de las mujeres víctimas de agresiones.

**Palabras clave:** Violencia doméstica; Patrulla Maria da Penha; Costa de Paraná.

## 1. Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) uma em cada três mulheres já foi vítima de violência física ou sexual, sendo a violência de gênero caracterizada como lesão, morte ou dano psicológico contra si ou outras pessoas, devido ao uso de força física, poder ou ameaça. Ainda nesse contexto, a OMS declara que “a violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas, causando danos a milhões de mulheres e suas famílias”.

Os tipos de violência podem ser enumerados em cinco formas, segundo a Lei 11.340/2006: violência física, violência patrimonial, violência moral, violência psicológica, violência sexual. Porém, ainda existem outros tipos de violência, como: assédio moral, assédio sexual, aborto sem consentimento, cárcere privado, exploração sexual, pornografia sem consentimento, tráfico de pessoas, violência institucional, violência obstétrica e feminicídio, todos previstos em Lei.

Ao analisar o contexto da violência contra a mulher é possível verificar que ela ocorre geralmente dentro do âmbito familiar, ou seja, dentro de suas casas, e que o processo histórico desse tipo de violência não é recente; contudo, começa a ganhar as ruas e entrar na agenda das lutas que devem ser combatidas com veemência por toda sociedade. Partindo desses pressupostos epistemológicos que se estruturam as pautas dos movimentos feministas, ou seja, a dominação masculina, sobre o gênero feminino, no que tange a divisão sexual do trabalho, os direitos femininos e o enfrentamento a violência de gênero, entre outros aspectos dessa dominação. (Bourdieu, 2002)

Os dados referentes à violência doméstica, levantados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), apontam que foram contabilizadas 10.434 medidas protetivas no estado do Paraná no ano de 2018 e, no ano de 2019, 36.799 casos, o que representa aumento de cerca de 250%. Ainda, o relatório cita que, em relação aos casos de feminicídios, o Brasil apresentou, no ano de 2018, um total de 1.229 casos e, no ano de 2019, 1.326 casos. No estado do Paraná, esses números foram de 69 casos em 2018 e 89 casos em 2019, o que corresponde a aproximadamente 28% de aumento.

As políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a promulgação da Lei Maria da Penha, nº. 11.340/2006, possibilitaram ao gênero feminino um passo na luta contra a violência de gênero. Segundo Minayo (2007, p. 1262), “a participação do movimento de mulheres brasileiras, na introdução da violência de gênero na pauta do setor saúde no Brasil, teve uma expressão fundamental na construção do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), promulgado em 1983”.

Seguindo essas premissas de combate à violência, muitos municípios estão instituindo as “Patrulhas Maria da Penha”, as quais tem em seu cerne o acompanhamento das mulheres em situação de violência. Dentre os sete municípios do Litoral do Paraná, três deles já possuem equipe trabalhando no acompanhamento preventivo das vítimas de violência doméstica. O objetivo é a análise da percepção dos profissionais da segurança pública, com foco nas “Patrulhas Maria da Penha”, delineando a questão da violência doméstica contra mulheres no litoral do Paraná.

Partindo desses pontos foi lançado o caminho da pesquisa, visto que a violência fez e faz parte da história do homem, conforme Andréa Schactae (2020, p. 118) relata em seus estudos: “as armas e a violência pertencem historicamente aos homens, porque são justificadas por uma construção que naturaliza os atributos vinculados ao sexo masculino – como a força, a coragem, a razão”.

A pesquisa visa refletir sobre como está sendo realizado o enfrentamento da violência de gênero feminino, a partir das instituições de Segurança Pública que possuem equipes da Patrulhas Maria da Penha, partindo das experiências dos (as) profissionais (os) que atuam nessas equipes específicas. A delimitação territorial foi o Litoral do Paraná e os (as) profissionais selecionados foram os agentes de Segurança Pública do quadro da Guarda Civil Municipal (GCM's). Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica quantitativa com os levantamentos de dados sobre violência contra o gênero feminino em artigos científicos que embasassem essa pesquisa, nos dados sobre violência – principalmente naqueles que tem como referência os

dados da Segurança Pública (como no caso do Atlas e do Anuário), bem como referencial teórico sobre gênero, violência, segurança, território e desenvolvimento.

## 2. Metodologia

O projeto de pesquisa foi inserido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas (CEP) na Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/CONEP), com o número CAAE 37258620.7.0000.0102. A proposta de estudo foi centrada no método de análise compreensivo, que segundo Minayo (1994), versa sobre “a compreensão da realidade humana vivida socialmente”.

O processo de estudo foi iniciado com a elaboração de entrevistas semiestruturadas, as quais transitam entre os outros modelos de entrevista, e acaba por agregar diversas frentes de trabalho, não limitando nem o entrevistador nem o entrevistado. Contudo, essa proposta auxilia no caminho que se pretende seguir.

Segundo Deslandes (2005, p. 157) “o trabalho de campo permite obter informações e conhecimentos sobre o objeto de estudo ou uma hipótese de pesquisa. Em geral, os investigadores utilizam vários instrumentos: entrevistas estruturadas, semiestruturadas, em profundidade, observação, coleta de material documental e outros”.

Desse modo, foi elaborado um questionário composto por dezenove (19) questões, as quais são divididas em três grandes tópicos: questões pessoais, questões profissionais e questões de gênero. A escolha dos (as) participantes para a pesquisa se dá por aqueles (as) que são integrantes da Patrulha Maria da Penha de cada município do litoral, sendo esses: Paranaguá - 04 profissionais, Matinhos - 02 profissionais e Pontal do Paraná - 02 profissionais, o que contabilizou 8 entrevistas.

É importante salientar que, mesmo que outras equipes da viatura realizem o atendimento a violência doméstica, somente a Patrulha Maria da Penha faz o acompanhamento das vítimas, pós medidas protetivas.

Na sequência, o material coletado das entrevistas foi transcrito e inserido no programa “Nvivo”, versão release 1.4.1. A utilização de um software para auxiliar no trabalho de pesquisa tem como objetivo principal a sistematização dos dados coletados auxiliando sua análise. Essa importante ferramenta viabiliza a técnica de pesquisa, melhorando a análise do seu conteúdo e estrutura. A escolha de um software que auxilie no processo da pesquisa, além de enriquecer as análises, deve ser compatível com o que se pretende estudar (Andrade, 2020).

Por meio da frequência das palavras encontradas pelo software nas respostas do questionário, foi possível a formulação de uma nuvem de palavras que representa as narrativas dos profissionais entrevistados (as). A partir dessas imagens será realizada a Análise de Conteúdo das entrevistas.

## 3. Resultados

Após a elaboração do roteiro de entrevista, foi realizada a primeira entrevista teste, considerando que sua aplicação visa corroborar com a verificação das informações que se pretende levantar na pesquisa. Para Gil (1987, p. 132) “o pré teste evidencia possíveis falhas na redação do questionário, sua complexidade, imprecisão ou questões desnecessárias”.

O primeiro contato com os profissionais ocorreu em junho de 2021, por meio de ligações ou via redes sociais (WhatsApp) para agendamento da entrevista. A pandemia do covid-19 dificultou o processo desse agendamento, pois muitos profissionais foram deslocados para outros serviços, além do habitualmente realizado na Patrulha, como barreiras sanitárias e no auxílio dos locais de vacina. É importante salientar também que, durante aquele período, muitos profissionais ainda não haviam sido imunizados. Procurou-se, nessa etapa, explanar um pouco sobre o objetivo da pesquisa, a forma que seria realizada e sob o termo de consentimento livre e esclarecido; as entrevistas foram gravadas em locais, datas e horários por eles estabelecidos.

O primeiro município entrevistado foi a cidade de Paranaguá, que conta com quatro integrantes na sua equipe, contabilizando dois grupos com um homem e uma mulher cada.

O segundo município a participar foi a cidade de Matinhos, que possui dois integrantes, sendo esses um homem e uma mulher, os quais cumprem seu horário de serviço de segunda a sexta-feira, exclusivamente na Casa da Mulher Matinhense.

O terceiro município a participar da pesquisa foi a cidade de Pontal do Paraná, também com dois integrantes, formada por um homem e uma mulher da GCM, que cumprem sua escala de serviço de segunda a sexta-feira no prédio do DETRAN no Balneário de Ipanema, desempenhando outras funções concomitantemente às da Patrulha Maria da Penha.

As entrevistas foram realizadas em seus locais de trabalho, fato que contribui para conhecer um pouco mais do local de serviço dos profissionais entrevistados e permitindo que eles ficassem mais confortáveis.

#### **4. Discussão**

As entrevistas foram realizadas individualmente com os 08 profissionais que atuam na Patrulha Maria da Penha. O roteiro de entrevista serviu como instrumento norteador das questões. Os integrantes da Patrulha Maria da Penha no Litoral Paranaense são exclusivamente integrantes da Guarda Civil Municipal; ou seja, responsabilidade do município.

O fato de a Guarda Civil Municipal fazer parte da estrutura dos municípios acarreta a esses uma logística diferenciada, tanto para as cidades como para os profissionais. Essas relações são pautadas nas Leis que o forma enquanto profissionais da Segurança, e como essa se constitui.

O município tem grande vocação para ser o coordenador e articulador em âmbito local dos diversos atores sociais com responsabilidades em segurança pública. Os crimes e a violência acontecem na cidade e, dessa forma, o município é a face mais visível da segurança local. Sendo assim, ele também tem a capacidade de propor ações, convocar os diferentes setores do sistema de segurança pública, da justiça criminal, sociedade civil e demais secretarias municipais para pensar conjuntamente a solução para os problemas que acontecem na cidade (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016, p. 11).

O primeiro tópico é referente às questões de ordem pessoal e familiar, dos quais 50% são do gênero feminino e 50% do gênero masculino com uma média de idade entre 28 a 56 anos. O grau de escolaridade destes profissionais é de 62,5% com ensino superior e 37,5% com ensino médio completo. A religião predominante entre os entrevistados (as) é a católica, depois a protestante. Também foi verificado que a maioria possui pelo menos um filho, sendo esses apresentados (as) em seu estado civil como casados (as), separados (as) e divorciados (as).

Partiu-se do pressuposto metodológico da construção social de identidade, no qual o sujeito “está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada” Berger (2004). É necessário conhecer a constituição dos sujeitos a partir das suas relações sociais e pensar suas identidades dentro das instituições em que está inserido como a família, escola e o trabalho, e pensar o sujeito em sua essência mais ampla, como um sujeito que influencia e é influenciado pelo meio que vive. Segundo Andréa Schactae (2020), para se pensar em identidade é preciso pensar também o espaço, entre os aspectos do sujeito:

Para se compreender as identidades e as diferenças “é preciso localizar os espaços de construção do discurso e identificar o jogo de poder e de exclusão que as significam, pois as identidades são o ponto de convergência entre as práticas e os discursos, isto é, são as posições ocupadas pelos sujeitos nos espaços sociais” (Schactae, 2020, p. 38).

Dessa forma, é preciso conhecer as identidades dos (as) profissionais e entender a forma como esses enxergam o mundo à sua volta, sem fazer juízo de valor, mas sim verificar as instituições que constituíram esses profissionais enquanto

sujeito e seu caráter ideológico – visto que esses são especificamente profissionais da área da segurança pública, ou seja, a violência se constitui como parte integrante de sua ação profissional.

Sendo assim é preciso entender como esses profissionais se constituem dentro do seu ambiente de trabalho, conforme Schneider (2015), “No campo da segurança pública, o capital simbólico é bem representativo, principalmente na polícia militar, e na guarda municipal, visto que são organizações que primam pela obediência e pela ordem hierárquica”, com alusão aos profissionais da Guarda Civil Municipal, esses vão ter como referência para sua constituição, a polícia militar.

A criação de Guardas parecia uma boa ideia aos mandatários do poder público, mas não havia pessoal qualificado para formular um projeto de criação de Guarda, o que levou muitos municípios a colocar suas guardas sob a direção dos especialistas em segurança pública disponíveis, entregando estas novas organizações a policiais militares ou civis, muitos deles impregnados com as visões mais tradicionais de segurança pública. Ainda segundo os autores “num processo muito rápido, as Guardas Municipais também começaram a estabelecer parâmetros de uma cultura organizacional, com reflexos tanto em sua estrutura interna como no projeto de difusão nacional de um modelo de Guarda. (Bretas & Morais, 2006, 159-160).

Em seus estudos, Schneider (2015) traz informações acerca da criação da primeira Guarda Municipal no Paraná. Segundo a autora, esta foi criada em 1986, na cidade de Curitiba, capital do Estado, com “função de caráter preventivo, realizando atividades comunitárias de segurança urbana, prestando apoio aos órgãos policiais estaduais, quando solicitadas. A primeira turma de guardas municipais contou com 300 homens e apenas 30 mulheres” (Schneider, 2015, p. 66).

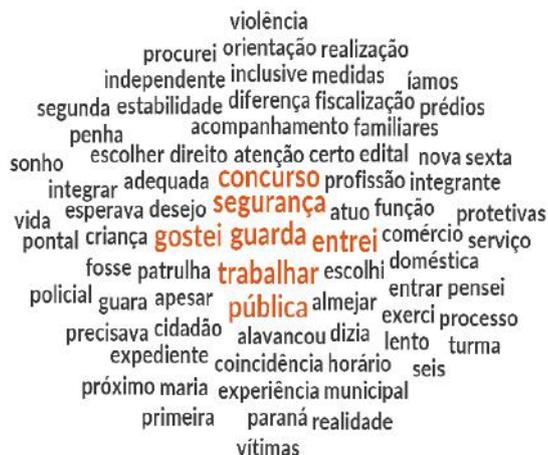
Destaca-se neste ponto da pesquisa as discussões das questões referentes ao trabalho e as questões profissionais como: competências, organização, escala de serviço e as atividades que realizam dentro da instituição da Guarda Civil Municipal. Verificou-se neste ponto específico, que mesmo tendo como princípio da sua atuação profissional o caráter preventivo, as Guardas passaram por um processo de formação muito parecido com o da Polícia Militar. Conforme relata um dos entrevistados: “GCM 04: Sempre foi uma vontade desde criança entrar na área da Segurança Pública, sempre falei para o meu pai que queria ser polícia”.

É de suma importância caracterizar a diferenciação dos serviços e da constituição da Guarda Civil Municipal com o da Polícia Militar, visto que o serviço da Polícia Militar se caracterizaria como algo mais ostensivo e repressivo, enquanto o da GCM se definiria como um serviço mais preventivo. Porém, com a promulgação do Estatuto das Guardas Civis Municipais, o GCM ganha status de polícia (ou seja: além de preventivo, agora ele será ostensivo).

Se o *modus operandis* já era muito parecido, a partir da aprovação da lei o seu campo de atuação foi ampliado, assim como suas competências. Isso reverbera no modo de atuar com os municípios, que pode vir a ser mais repressivo que preventivo devido a sua formação e até a sua atuação. Entretanto, para Silva (2015), “a tendência pós-moderna da segurança é a comunitarização em benefício de todos”. Logo, vislumbra-se um novo modelo de segurança a partir da constituição das Guardas Civis Municipais.

No sentido do mundo do trabalho, principalmente o que tange o trabalho realizado pelos (as) agentes de segurança pública, é preciso compreender sua estrutura e suas relações sociais, visto que essas instituições tem em seu cerne, a prerrogativa de serem instituídas com o objetivo de prevalecer o monopólio do uso da força pelo Estado (Weber, 2006). É preciso buscar entender como essas se formam e se apresentam para a sociedade, partindo dessas argumentações é que foi questionado a esses (as) profissionais como é seu trabalho na corporação em que atua, assim como se desenvolve a sua formação profissional dentro da instituição; para essa análise foi utilizada o software Nvivo como uma das ferramentas de pesquisa, com isso foi possível verificar as frequências das palavras mais citadas nas entrevistas. Conforme Figura 1:

**Figura 1** – Nuvem de palavras relacionada à formação dos profissionais.



Fonte: Software Nvivo, compilada pela autora e autor (2021).

Importante salientar que, para começar a atuar como GCM's, os novos profissionais passam por um período chamado de “escola”, com duração aproximada de 6 meses. Na “escola”, eles aprendem diferentes disciplinas para seu campo de trabalho seguindo a grade curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. Analisar essa formação ajuda a entender a constituição dos indivíduos enquanto profissionais da segurança pública. A importância dessas capacitações é evidenciada por: Mafioletti (2020) que percebe, que as capacitações também são necessárias pela falta de cultura institucional do trabalho em rede ou trabalho horizontalizado. Neste ponto, os profissionais da Segurança Pública consideraram este como um trabalho que possui valor social. Muitos declararam possuir familiares nessa área ou ter um desejo por atuar nela. Outros, depois que se referiam a este assunto declararam ter feito o Concurso, a princípio, pela estabilidade de ser funcionário público concursado. Apenas após o início de suas atividades como guarda que alguns começaram a gostar do serviço.

É preciso, neste quesito, problematizar as relações de trabalho e as transformações decorrentes do mundo do trabalho, as quais refletem em toda sociedade. O trabalho é uma instituição que possui um caráter ideológico e identitário, assim como tem em sua estrutura um projeto, um modelo, no qual reverbera nos projetos educacionais, sociais e econômicos, seguindo assim, para uma concepção de mundo do trabalho. Conforme relatado por Weber (2006, p. 50),

A economia capitalista moderna é um imenso cosmos no qual o indivíduo nasce, e que se lhe afigura, ao menos como indivíduo, como uma ordem de coisas inalterável, na qual ele tem de viver. Ela força o indivíduo, à medida que ele esteja envolvido no sistema de relações de mercado, a se conformar às regras de comportamento capitalista

A escala de serviço dos (as) profissionais que atuam na Patrulha Maria da Penha dos três municípios é de segunda a sexta-feira, geralmente das 08 às 18 horas. Por sua vez, questionar sobre suas escalas de serviço e atividades que realizam, tem como objetivo dar uma visão geral de como esses (as) profissionais trabalham.

Ainda sobre o trabalho, os horários de serviço e o serviço desempenhado, relacionado à área da saúde do (as) profissionais, uma pesquisa realizada por Silva (2004) levanta aspectos importantes sobre as possíveis causas de adoecimento na Guarda Municipal. Ele relata que atividades profissionais exercidas em turnos alternados causam desgaste, stress e adoecimento, bem como o patrulhamento a pé causa desgaste físico, pois é feito com armamento, coturno e cinto pesado. Outros pontos levantados em sua pesquisa a partir das falas dos entrevistados mostram a existência de incertezas, inseguranças e tensões em relação à mudança de gestão municipal repercutindo no “psiquismo coletivo” e nas atividades dos trabalhadores da Guarda Municipal; a sobrecarga de trabalho em função do acúmulo do trabalho com “bicos”, a tensão e a excitação nas tentativas de obtenção de renda.

Todos esses pontos alçados podem refletir no atendimento as mulheres vítimas de violência; porém, é preciso que o profissional que vai atender os casos de violência, seja em público ou em âmbito privado (como a violência doméstica), esteja bem preparado – tanto física quanto psicológica e profissionalmente.

A segunda rodada das entrevistas traz as questões profissionais e de gênero. Ao serem questionados (as) sobre o que entendem por gênero, as respostas divergiam entre os que sabiam um pouco, nada sabiam ou estão aprendendo:

*GCM 01. Quando a gente fala, pensa que é só homem e mulher, mais na realidade e muito mais amplo. O gênero, hoje quando você vê um exemplo das nossas vítimas é mais amplo que o biológico.*

*GCM 03. De uma forma resumida, está ligada mais as construções sociais do que algo que é natural ou biológico.*

O entendimento do conceito de gênero corrobora para com o atendimento dos profissionais que trabalham com a Patrulha Maria da Penha, visto que, a Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, na qual os (as) profissionais embasaram as prerrogativas de seu atendimento conceitua em seu Artigo 5º como um tipo de violência que se baseia exclusivamente no gênero.

De acordo com Scott (1989, p. 07) o gênero se torna um método “de indicar as “construções sociais”– a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”.

Todas essas narrativas mostram como a questão de gênero ainda é um tabu a ser tratado. É preciso que os (as) profissionais tenham um mínimo de conhecimento para que possam exercer sua função adequadamente.

Entender sobre gênero não é uma tarefa fácil, pois, por anos fomos ensinados que as diferenças biológicas nos dividiam em masculino e feminino. Desde o berço, já colocavam a cor rosa na menina e azul no menino. As escolhas dali para frente pareceriam fáceis: as meninas só tinham que escolher brincar de boneca e os meninos de carrinho; porém, com isso se criou a visão de superioridade do gênero masculino sobre o feminino.

A violência doméstica se substancia no princípio dessa dominação imposta ao gênero feminino, e, dessa forma, a quebra desses paradigmas é uma constante no coletivo feminista. Entender como essas construções sociais se formam e como trabalhar com elas para ceifá-las da nossa sociedade é algo que deve ser comum a todos, principalmente às instituições de Segurança que irão trabalhar com mulheres em situação de violência.

Ao serem questionados se possuem formação específica para trabalhar com a violência de gênero, todos os entrevistados relataram que passaram por uma formação junto a Patrulha Maria da Penha da cidade de Curitiba, sendo está a segunda cidade no país a ter implantada na sua equipe da Guarda Civil Municipal a Patrulha Maria da Penha, no dia oito de março de 2014. A primeira foi em Foz do Iguaçu, porém na estrutura da Polícia Militar do Estado. Dessa forma, a Patrulha Maria da Penha de Curitiba é um referencial para os demais municípios do Paraná, pelo seu tempo de atuação na área e por contar com uma equipe multidisciplinar que trabalha no enfrentamento a violência contra a mulher e também por possuir uma casa de acolhimento para elas, chamada de “Casa da Mulher Brasileira”.

Nesse sentido é preciso deixar claro que as Polícias Militares podem e devem implantar em seu quadro de serviço as Patrulhas Maria da Penha, haja visto que seu poder de atuação territorial é mais abrangente. Muitos batalhões da PM já estão instituindo esses serviços, como no caso do 9º Batalhão da Polícia Militar, localizado no município de Paranaguá. Sua estrutura ainda está em processo de adequação, porém não poderíamos deixar de fora esse importante marco no enfrentamento a violência contra a mulher. Para tanto, foi realizada entrevista com esses profissionais que vai estar em uma parte anexa a esse trabalho de pesquisa, assim como a entrevista realizada com a Patrulha Maria da Penha da Guarda Municipal de Curitiba, que é referencial para as PMP do Litoral do Paraná e para os demais municípios paranaenses.

Além da temática gênero, outro ponto apresentado e que fica evidente são as questões territoriais, relacionadas a organização das instituições e seu poder de controle social. Para Souza, (1995, p. 78-9) o território (...) “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Nesse sentido estamos nos referindo ao território de abrangência da Polícia Militar e da GCM.

Os relatos dos (as) GCM's (Guardas Civis Municipais) é que não há formação específica na escola da guarda, sobre as questões de gênero. Entretanto a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), disponibiliza uma grade ampla cursos em sua plataforma, os quais abrangem diversas temáticas. Entre elas há, por exemplo, o curso de “PRINCÍPIOS DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA”, com uma carga horária de 30 horas, totalmente online, e dividido em três módulos. O primeiro módulo aborda os dados e as causas da violência doméstica e familiar contra as mulheres, o segundo trata os tipos e o ciclo da violência doméstica, o terceiro faz referência às análises dos aspectos legais, finalizando com um tópico sobre a rede de atendimento às mulheres.

Dentro de cada módulo é possível encontrar materiais complementares, como artigos, links e vídeos que auxiliam na formação e na assimilação do conteúdo. Porém esses cursos não são obrigatórios, sendo assim, os profissionais podem escolher se vão fazer essa capacitação. Jocelaine Espindola da Silva Arruda (2015) ressalta a importância da capacitação dos profissionais que atuam na área, suas palavras dizem que “a sensibilização e a capacitação continuada de todos/as aqueles/as que trabalham no enfrentamento à violência, bem como a sensibilização, vontade e atitude dos gestores públicos” (Arruda, 2015, p.130).

As questões pertinentes sobre a importância desses tipos de cursos, e se os (as) mesmos (as) acham importante fazê-los, foram unânimes em dizer que sim, não somente para a equipe da Patrulha Maria da Penha, mas para toda a corporação, conforme pode ser percebido através das palavras de um guarda municipal da cidade de Matinhos:

*GCM 07 - Com certeza, até porque o primeiro atendimento já é na delegacia, se o plantonista, que vai colher o depoimento já tiver esse tato em lidar com a situação, a mulher vai se sentir acolhida e seguirá com a denúncia. Dependendo do atendimento que ela recebe na delegacia, as vezes já desanima, e não quer mais representar contra o agressor.*

Sendo que a maioria já fez ou faz cursos por conta própria. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2016), incentiva esses estudos e lançou uma cartilha para ajudar nesse processo de formação, na qual trata da convivência e segurança cidadã:

A realização dos cursos de Convivência e Segurança Cidadã tem tido um papel relevante na retomada da discussão sobre um novo modelo de segurança pública, que busca compreender o fenômeno da violência a partir de suas múltiplas dimensões e as possibilidades de intervenção para além da atuação policial, envolvendo e responsabilizando outros atores e políticas públicas. (PNUD,2016).

Em relação ao trabalho que realizam, as equipes da Patrulha Maria da Penha expuseram que elas fazem o acompanhamento das medidas protetivas das mulheres em situação de violência. Porém, se no período do plantão ocorrer alguma situação referente a violência doméstica eles, assim como, qualquer outra viatura que esteja próxima se desloca até o local para averiguação. Sendo assim, a viatura mais próxima do local do chamado é que faz o primeiro atendimento da vítima de violência, solicitada via telefone para a central da Guarda Civil Municipal. Demonstradas na Figura 2:



Os dados sobre Medidas Protetivas trazidas pelo Anuário de Segurança Pública (2019-2020) deslumbram um pouco das falas apresentadas pelos (as) profissionais e tão uma dimensão do trabalho por eles (as) realizados. No ano de 2019 foram concedidas 30.630, em 2020 33.412 medidas. Infelizmente não há como mensurar o número de medidas concedidas nos três municípios específicos, visto que o Anuário não contém essas informações e os municípios por meio dos (as) GCM's não dispõem desses dados como foi relatado anteriormente, devido ao não terem acesso completo ao PROJUDI.

Neste ponto específico, seria necessário realizar uma outra pesquisa junto aos Fóruns de cada município para levantar esses dados, visto ser uma instituição diferente da pretendida nessa pesquisa. Buscou-se aqui identificar as experiências dos (as) profissionais conhecidos (as) como burocratas de rua, ou seja, os (as) profissionais que desempenham o processo de enfrentamento da violência diretamente com as vítimas, os primeiros a chegar no local da agressão.

Conforme aponta Lipsky (2019) “as relações dos cidadãos com as burocracias de nível de rua, envolve interações complexas”, no caso dos (as) GCM's esses (as) são os (as) primeiros (as) a chegar no local da ocorrência, cabendo e esses (as) prestar os primeiros atendimentos, assim como registrar o ocorrido dos fatos em seus relatórios e encaminhar a vítima e agressor para a delegacia. Desse modo, o empoderamento individual da vítima de violência doméstica se constitui em um importante mecanismo para que se sinta protegida e siga com os trâmites legais da denúncia.

Os agentes públicos jogam um papel no processo, agindo, mesmo que inconscientemente, para o desempoderamento, quando não dão crédito às preocupações dos cidadãos ou, por vezes, quando os incentivam a participar de processos de fachada, no qual as decisões estão previamente tomadas e as ações dos afetados não terão influência real, gerando um forte sentimento de frustração. (Horochofski, 2006, p. 8).

Ao serem indagados sobre a postura adotada em relação as ocorrências atendidas, ao chegar ao local, primeiramente faz uma varredura de observações para entender o fato (até mesmo para garantir que o agressor não venha a atentar contra a vítima e os (as) profissionais que se encontram no local). A solicitante é chamada para conversar separadamente do agressor quando esse se encontra no local.

Segundo relato do GCM 06 da cidade de Matinhos, trata-se “*na verdade é um protocolo de atendimento a vítima de violência doméstica. É uma vítima diferente, tem que ter respeito, sensibilidade, não fazer pré julgamento. Tentamos ser o mais sensível, imparcial e empático*”.

Na questão referente a como eles veem a atuação da Patrulha Maria da Penha no seu município, as respostas giraram em torno de ser algo novo e diferenciado para a sociedade, conforme Figura 3:

**Figura 3** – Nuvem de palavras relacionada a atuação dos (as) agentes.



Fonte: Software Nvivo, compilada pela autora e autor (2021).

Por mais que alguns aspectos precisem ser aperfeiçoados, primeiro passo já foi dado com a implementação das PMP. Isso se constitui em grande valia para os municípios que estão instituindo essas equipes, bem como para as mulheres em situação de violência.

A questão 17 solicita para que façam considerações sobre o serviço da Patrulha Maria da Penha. Os profissionais comentaram ser um serviço essencial, pois é um dos grandes problemas da atualidade. Consideraram também ser algo positivo para o município e também para as mulheres – além de estar se apresentando como eficaz e os (as) profissionais estarem gostando cada vez mais do serviço por eles (as) desempenhados.

O GCM 01, de Paranaguá, fez o seguinte relato sobre sua situação de trabalho: *“Nada é perfeito, a gente tem que melhorar, nós estamos com falta de efetivo devido ao Covid-19”*.

A pandemia do covid-19 foi um dos desafios enfrentados para realização das entrevistas, assim como para os (as) profissionais. Referente a sugestão para melhorar a capacitação dos profissionais para atendimento, a maioria trouxe à tona os cursos de capacitação, bem como interligar os sistemas de atendimento e suporte entre os órgãos dentro das delegacias. No que concerne melhoramento do atendimento da Patrulha Maria da Penha à pessoa vítima de violência, as respostas foram: a estrutura para poder amparar a mulher vítima; divulgação para que as mulheres saibam como se proteger; todos os profissionais de Segurança Pública deveriam fazer o curso de capacitação de atendimento a vítima; uma delegacia da mulher e um IML em cada município; aluguel solitário para as mulheres vítimas de violência; mais viaturas e pessoal; casas de acolhimento com psicólogos mais efetivos.

## 5. Conclusão

No Brasil, desde 2006, as mulheres em situação de violência contam com um aparato legal conhecido como Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340/2006, que dispõe sobre a consagração de direitos e um sistema de proteção social que visava coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, além de punir o agressor. O Art. 20º da referida lei assegura às mulheres oportunidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental, seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social, independente de classe, raça, etnia e orientação sexual. Embora este marco legal seja um mecanismo de proteção social às mulheres vítimas de violência, muitas ainda sofrem caladas, acometidas pelas mais perversas formas de violência. Pesquisa realizada por Wanzinack (2021) verificou que “os homicídios de mulheres e meninas no Estado do Paraná, demonstram que em sua maioria se caracterizam por lesões decorrentes de disparo de arma de fogo (44%), seguido por lesões por objetos

perfurantes ou cortantes (32%)”. Muitas vezes não há denúncia do agressor por diversos motivos, sejam estes de ordem familiar, pela proteção dos filhos, pela afetividade, questões relacionadas à estrutura financeira, e até mesmo por temer represálias. Outros indicadores que devem ser lembrados, aliam-se à questão de segurança pessoal e o risco social ao qual as mulheres podem ficar expostas, após a denúncia.

Sinaliza-se por meio desse estudo que é preciso, além de leis, que existam profissionais preparados, formados e engajados no enfrentamento a violência doméstica, buscando dar um melhor suporte as vítimas. Neste sentido, buscou-se verificar junto aos profissionais das Patrulhas Maria da Penha, suas percepções sobre o serviço por eles (as) realizados (as), pois, se trata de uma equipe diferenciada, não somente no serviço que desempenha, mas também no que cabe a sua função. Que segundo Silva (2015, p.63) “marca a construção de um novo modelo de Segurança Pública”.

Conforme relato de uma profissional da área, qualquer viatura faz o serviço de atendimento a agressão, mas, somente a Patrulha Maria da Penha faz o acompanhamento da vítima. Nesse acompanhamento, pós medida protetiva, é que será dado continuidade ao caso e a possível punição do agressor, sendo, desse modo, necessário que os (as) profissionais estejam preparados (as) e capacitados (a) para prestar um bom atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica.

Evidenciou-se uma demanda significativa em alguns pontos, considerados essenciais para efetivação do enfrentamento, conforme fora trazido pelos (a) profissionais entrevistados (a), como por exemplo: formação específica dos (as) profissionais, num âmbito geral da corporação, principalmente nas questões sobre gênero (visto que, a lei abrange diversos tipos de gênero); entender as diferenças que vão além do feminino e masculino, rompendo também com a ideia pré concebida de uma estrutura patriarcal, machista e sexista; o aumento do efetivo das Patrulhas Maria da Penha, que contribuiria para ampliar ainda mais os atendimentos das vítimas de violência; assim como dar mais agilidade e eficácia nos atendimentos à mulher, visando a manutenção de sua integridade física e mental, bem como efetuar a detenção de seu agressor, para que este responda por seus atos.

Outro ponto importante seria a implantação de delegacias especializadas para atendimento as vítimas em todos os municípios, assim como Institutos Médicos Legais para ajudar no exame de corpo delito, o que contribuiria substancialmente para que a vítima se sentisse mais segura e prosseguisse com o processo; a aquisição de mais viaturas e implantação de botão do pânico – ferramentas importantes que poderiam auxiliar ainda mais o serviço prestado as vítimas.

Outro mecanismo de apoio é o “aluguel solidário”, que seria utilizado por mulheres que estão em situação de vulnerabilidade, podendo sair de suas residências até que se encontrem em situação de segurança; ou ainda uma casa de acolhimento, com profissionais especializados para auxiliar no aconselhamento psicologicamente dessas mulheres e de seus (suas) filhos (as) que já se encontram sensíveis pela situação vivida. Um direcionamento profissional para essas mulheres aliado a um processo educacional para as inserir novamente ao mundo do trabalho e sair da situação de dependência do agressor. Ou seja, é preciso uma rede de apoio para essas mulheres, que se efetive para além da separação dos corpos.

Ampliar cada vez mais o atendimento a violência doméstica é de suma importância para as mulheres e para seus filhos (as). Isso pode ser feito por meio das escolas, da saúde, de companhas educativas via redes sociais e mídia locais, visto que muitas ainda não conhecem seus direitos contidos em lei. Todo esse aparato contribuiria para diminuição dos casos de violência doméstica, assim como pesquisas nesse seguimento, que busquem verificar como estão sendo constituídas as Patrulhas Maria da Penha no território brasileiro, visto que agora ela se constitui em mais um importante recurso para acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica, o acompanhamento dessas equipes auxilia também ao poder público no sentido de averiguar os recursos destinados ao enfrentamento da violência e sua efetividade.

Foi possível verificar através das análises realizadas que somente políticas públicas de proteção às mulheres podem mudar esse quadro trágico de invisibilidade e vulnerabilidade em que essas se encontram. Muitos avanços foram realizados, no sentido do enfrentamento a violência de gênero, especialmente com aprovação de algumas leis. Porém, é preciso que se faça

mais para combater a violência de gênero. O arcabouço jurídico brasileiro precisa evoluir nesse sentido, não somente para publicar leis, mas para garantir sua efetividade. Da mesma forma, a sociedade precisa se conscientizar dessa dura realidade para que de fato a violência de gênero diminua e, enfim, as mulheres possam verdadeiramente exercer sua cidadania, ter desenvolvimento pleno de suas vidas e de seus corpos, e se sintam pertencentes aos seus espaços como mulheres.

## Referências

- Andrade, D. M., Schmidt, E. B., & Montiel, F. C. (2020). Uso do software NVivo como ferramenta auxiliar da organização de informações na Análise Textual Discursiva. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(19), 948-970.
- Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. [www.forumseguranca.org.br](http://www.forumseguranca.org.br).
- Arruda, J. E. D. S. (2015). *Um olhar sobre a lei Maria da Penha no Paraná: avanços e desafios* (Master's thesis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná).
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: vozes.
- Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina*. Tradução de Kuhner, M. H. Rio de Janeiro.
- Bretas, M.L., & Morais, D.P. (2006). *Guardas Municipais: Resistência e Inovação*. P. 159, 2006.
- Deslandes, S. F. Trabalho de campo: Construção de informação qualitativas e quantitativas. In: Minayo, M. C. S., Assis, S. G., & Souza, E. R. (org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. pp. 155-179.
- Fórum brasileiro de segurança pública (2016). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016*. São Paulo: FBSP. <https://forumseguranca.org.br/>.
- GIL, A. C. (1987). *O questionário. Conceituação. Vantagens e limitações do questionário*. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo, Atlas, 124-132.
- Horochofski, R. R. (2006). *Empoderamento: definições e aplicações*. Encontro anual da ANPOCS, 30(24), 1-13.
- Lei 11.340, de 07 de agosto de 2006. Dispõe sobre a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm).
- Lipsky, M. (2019). *Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Tradução de Arthur Eduardo Moura da Cunha – Brasília; Enap 2019.
- Marques, E. C. (1999). Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista brasileira de ciências sociais*, 14, 45-67.
- Manfioletti, T. M., Peres, A. M., Fontoura, M. P., Muzeka, K. D., Daltoé, C. M., & Fellini, J. (2020). Rede de atenção às mulheres em situação de violência: experiência de um município do sul do Brasil. *Research, Society and Development*, 9(10), e1509108452, 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8452>
- Minayo, M. C. D. S. (2007). A inclusão da violência na agenda da saúde: trajetória histórica. *Ciência & saúde coletiva*, 11, 1259-1267.
- ONU BR. Nações Unidas Brasil (2021). *OMS: uma em cada 3 mulheres em todo mundo sofre violência*. <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-violencia>.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2016). *Convivência e segurança cidadã: reflexões por uma nova abordagem de segurança pública*. Brasília: PNUB, Conviva, 2016. 152p. Incl. bibl.
- Schactae, A. M. (2020). *Vestir a farda: masculinidade (s) e feminilidade (s) na polícia Militar do Paraná*. Editora UNICENTRO, 252. p.: il., 23 cm.
- Schneider, D. (2015). *Violência (s), Gênero e Território: Mulheres Trabalhadoras da Segurança Pública no Litoral Paranaense*. Dissertação. -Instituição: UFPR Litoral – Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável do Paraná. 2015.
- Scott, J. (1989). *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Gender and the politics of history. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.
- Silva, E. P. (2004). *O stress no trabalho de guardas municipais: a dialética entre o desgaste socioinstitucional e o biopsíquico*. Campinas – SP, 2004.
- Silva, O. F. (2015). *Um novo modelo de segurança para o Brasil: democrática, cidadã e humana!* São Paulo: Scortecci.
- Souza, M. L. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Wanzinack, C., de Souza, M. G., de Oliveira Lucchesi, V., & Signorelli, M. C. (2021). *Homicídios de mulheres e meninas no estado do Paraná: uma análise territorial retrospectiva de 2014 a 2018*. Guaju, 6(2), 140-156.
- Wanzinack, C., & Mélo, Ribas, T. Homicídio de Meninas e Mulheres no Brasil de 2015 a 2019: Território, Gênero e Raça em Pauta. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, 12(1), 186206, 2021.
- WEBER, M. (2006). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo. Editora Martin Claret, 2006.